

No tempo presente chegam-nos diariamente notícias da situação do sistema financeiro relacionadas com o momento de crise que vivemos. A análise que se nos apresenta acerca dessa realidade incide sobre instituições que têm uma história, na maior parte dos casos ignorada, mesmo pelo público mais exigente. O presente trabalho surge como oportunidade para oferecer uma visão ampla e documentada sobre esse passado desconhecido. Esta perceção chegou-nos igualmente pelo conjunto de estudos que pudemos conduzir, onde se diagnosticou a carência de trabalhos de referência, lacuna que se tornou mais evidente ao registarmos a série de dicionários que foram sendo publicados noutras áreas. Os volumes que agora se apresentam vêm simultaneamente a público pela sua evidente inter-relação, constituindo em conjunto um dicionário histórico do sistema financeiro português desde os seus primórdios. Apesar do imperativo de conferir qualidade universitária à investigação efetuada, procurou-se que a sistematização e redação das entradas, além de fornecer informação de base a investigadores ativos na área, permitisse em simultâneo a consulta a um público mais vasto interessado numa informação clara e segura sobre as matérias em questão.



C. E. H. E.  
CENTRO DE ESTUDOS  
DE HISTÓRIA ECONÓMICA

APB ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE BANCOS



UAL  
UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA

INCM  
#WWW.NACIONAL.CASA.DA.MENDES

# DICIONÁRIO DE HISTÓRIA EMPRESARIAL PORTUGUESA

## Séculos XIX e XX

VOLUME I  
**INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS**

COORDENAÇÃO  
**Miguel Figueira de Faria**  
**José Amado Mendes**

bom período para a banca, graças às operações de desconto de letras. O «excesso de liquidez» levou o Banco a voltar a investir em títulos. Tal como no passado, a sua política foi bastante conservadora. Em 1943, estavam aplicados 2,4 mil contos em fundos públicos e 649,9 contos em companhias de seguros, bancos e companhias coloniais. O investimento mais importante era constituído por ações ao portador do Banco de Portugal\*, seguido da Companhia de Seguros A Pátria\* (Évora) e do Banco Nacional Agrícola\*. A partir de meados da década de 1950, a poupança disparou. Este movimento contrastava com o que foi registado na Caixa Económica, a qual conheceu um contínuo decréscimo dos valores dos pequenos depósitos ao longo da década. A evolução do capital acionista e das reservas constituídas mostra que, até aos anos 60, o Banco nunca alcançou (em valores constantes) os 1200 contos de capital que se propunha atingir quando foi fundado em 1875. Até à I Guerra Mundial, as reservas constituídas não fizeram mais do que cobrir a depreciação do capital e os prejuízos em diversas contas. A guerra veio impossibilitar essa estabilidade e abrir um período de contínua delapidação de fundos, mal compensada com os lucros originados com operações cambiais no início dos anos 20. A depreciação dos capitais próprios do Banco e a queda no volume de depósitos limitou a sua capacidade operacional, volvido o período de euforia de 1919-1923. Para além disso, o Banco viu-se envolvido em operações industriais que se revelaram prejudiciais. A aposta na criação da Empresa Transformadora de Lãs (Covilhã), em 1926, envolveu uma parte significativa dos fundos próprios do Banco e dos seus movimentos de crédito. Assim, a partir daquela data e até às vésperas da II Guer-

ra Mundial, os créditos concedidos e as operações de desconto de letras não atingiram os 200 contos de 1914 (valores do saldo das contas do balanço anual) quando, antes de 1920, ultrapassavam os mil contos. As tentativas de repor a capacidade financeira do Banco tiveram resultados limitados. Em 1924, o capital social foi elevado para os 3200 contos. A principal preocupação da direção foi conservar o Banco nas mãos dos seus maiores acionistas, sacrificando para tal a possibilidade de aumentar significativamente o seu capital. Em 1945, a elevação do capital social para os 9,6 mil contos não fez mais do que atualizar de forma sofrível a depreciação do capital. Nos finais da década de 1950, os capitais próprios não atingiam os 20 mil contos (valores correntes) e tornava-se urgente consolidar o Banco para fazer face às dificuldades da grande agricultura capitalista do Sul. Em 1960, o capital social foi elevado para os 11,5 mil contos e, dois anos depois, foi organizada a AEPA — Administrações, Estudos e Participações Financeiras, S. A. R. L., para os acionistas do Banco. Entre 1965 e 1972, o Banco conheceu um período de rápida expansão. Abriam-se agências em Beja, Sines, Vendas Novas, Lisboa e Estoril, realizaram-se aumentos sucessivos do capital social, foram aprovados novos estatutos com o objetivo de apoiar a modernização e reconversão agrária e foi modernizada a sua estrutura de gestão. Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, o BA conta com agências em Lisboa (três), Estoril, Óbidos, Porto, Beja, Alter-do-Chão, Sines, Torrão, Vendas Novas e Faro. No espaço de pouco mais do que uma década, a sua carteira comercial tinha passado dos 21,2 mil contos (1961) para os 1730,3 mil contos (1973) e na sua carteira de ações (55,2 mil contos) destacavam-se a CUF, a

TAP, a Petrangol, a Companhia de Diamantes de Angola, a CIDLA — Combustíveis Industriais e Domésticos, para além da participação nas companhias de seguros O Alentejo\* e A Mundial\*. Nesse mesmo período, os seus ativos passaram dos 178 mil contos para os 6540 mil contos, muito embora a dominante regional continuasse a pautar a sua estratégia. O período ficou marcado pelo regresso a Évora de Vasco Maria Eugénio de Almeida, que participou ativamente nos órgãos sociais, sendo ainda de destacar a participação, entre outros, de Luís Cary Potes Cordovil, de Alfredo Veiga Camarate de Campos e de Filipe Nobre Guedes. Estiveram na direção durante a década de 1960, para além de Manuel Lopes Marçal, João Evangelista Duarte Silveira, João Xavier Cama-

rate de Campos, António Manuel Gonçalves Rapazote, Pedro Costa Marçal, Quirino dos Santos Mealha e Rodolfo da Silva Abrantes. O destino do Banco ficou traçado com a evolução dos acontecimentos no período revolucionário, que abalou a base económica dos seus acionistas principais. Em 4 de agosto de 1979, o BA foi incorporado no Banco FONSECAS & Burnay\*.

#### BIBLIOGRAFIA

FONSECA, Helder A., *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996, pp. 271-309; Guimarães, Paulo E., *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*, Évora, Cidehus, Colibri, 2006, pp. 401-489.

HAF  
PEG

#### BANCO DO ALGARVE (1932-1976)

O Banco do Algarve, criado em 18 de março de 1932, com sede na cidade de Faro, resultou diretamente da reconstituição da Casa Bancária de Manuel Dias Sancho\*. A operação foi realizada com base num acordo de credores que, com a sanção do governo, transferiu os ativos daquele capitalista e da sua empresa para a nova instituição financeira (portaria de 2 de dezembro de 1931, *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 269). Com isto pretendeu-se salvar os interesses dos depositantes, numa conjuntura económica particularmente difícil, a qual tinha conduzido à suspensão de pagamentos por parte da antiga casa, num primeiro momento, e, depois, à instauração de processos litigiosos por parte do banqueiro algarvio que ameaçavam as fundações do Banco. A gerência, que foi entregue a uma comissão administrati-

va tutelada por um representante do governo, deparou-se com dificuldades próprias para restabelecer a normalidade da vida bancária, registando-se nos primeiros anos perdas de clientes e prejuízos. O capital próprio do Banco foi constituído com 5 mil contos (realizados), havendo perto de 3 mil contos em dívida negociada, quando o movimento comercial não ultrapassava, em finais de 1932, a quantia de 134 contos e o valor dos depósitos (à ordem) rondava apenas os 119 contos. Os três primeiros anos de atividade acusaram uma redução assinalável nos ativos, os quais passam de 11,3 para menos de 8 mil contos, como resultado, em grande parte, da alienação de património para liquidação de dívidas anteriores. A confiança no Banco restabeleceu-se gradualmente entre os seus clientes, que eram, afinal,

os seus maiores credores. Estes formavam o grupo acionista, constituído em grande parte por comerciais, industriais e capitalistas que, radicados ou operando no Algarve, tornaram-se os principais interessados nos serviços da banca comercial na região. Em 1934 foi paga a última prestação aos credores privilegiados, mas os seus ativos caíram até aos 6,8 mil contos quatro anos mais tarde, devido também às dificuldades sentidas na economia exportadora da região desde o início da década. Em 1936, muito embora continuasse a alienação de propriedades, as operações de desconto de letras subiam já perto dos 1,6 mil contos e os valores em depósito representavam mais de 1,1 mil contos. No entanto, só dois anos depois a administração do Banco declarava estarem «terminadas todas as importantes questões judiciais que, desde a fundação do Banco, constituíram forçosamente a principal preocupação das suas gerências» (*Relatório e Contas*, 1939). Com a abertura duma filial em Loulé (1939), o Banco do Algarve inicia durante a II Guerra Mundial um ciclo de moderado crescimento, assinalado com a construção de novo edifício, em Portimão, que viria a consolidar a sua posição como banco regional. Se o conflito, por animar a economia regional, tinha ajudado a empresa a consolidar-se, a década de 1950 acentuou o crescimento dos negócios bancários, expresso nos movimentos da sua carteira comercial, das contas em moeda estrangeira e com correspondentes radicados no estrangeiro, e dos depósitos à ordem e a prazo. A inauguração, em 6 de outubro de 1959, do novo edifício da sede, em Faro, ficou a marcar este ciclo de prosperidade que se acentuou na década seguinte. Entre 1954 e 1963, o volume da carteira comercial passou dos 27,5 mil contos para os 96,8 mil contos (preços cor-

rentes), o valor dos depósitos triplicou, atingindo os 153,5 mil contos, tal como os ativos (258 mil contos). A partir de 1962, o capital social foi sucessivamente elevado, fixando-se primeiro nos 10 mil contos, depois 12,5 mil contos (1965) e, mais tarde, em 50 mil contos (1970). Nesta data, os estatutos foram alterados de forma «a conceder aos corpos gerentes meios mais eficazes para o desenvolvimento e expansão do Banco» (*Relatório e Contas*, 1968). Em 1971, as suas ações foram admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa. A abertura de uma agência na capital, em abril de 1972, assinala a tardia expansão geográfica da instituição e a sua entrada num novo ciclo, marcado também pela introdução dos computadores na gestão bancária. Os ativos aproximavam-se dos 2 milhões de contos e os depósitos de 1 milhão. A expansão da rede prometia elevar a taxa de crescimento da instituição, dando-lhe meios para apoiar o desenvolvimento da província. As ligações com o Brasil foram reforçadas com participações cruzadas com um dos seus maiores bancos, a União de Bancos Brasileiros (São Paulo, atualmente UNIBANCO), através do Banco Português do Atlântico\* (*Der Spiegel*, n.º 23, 29 de maio de 1972, p. 106). Dada a natureza comercial da instituição, o investimento em títulos esteve quase sempre subordinado a imperativos legais, tendo maior expressão os fundos do Estado (obrigações). No entanto, até finais da década de 1950 e do ponto de vista da economia regional, devemos assinalar as participações na Companhia de Pescarias do Algarve e na Companhia de Seguros «Ourique». Já na década seguinte, foi relevante a participação na LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S. A. R. L., e, no início dos anos 70, na Sociedade Financeira Portuguesa\*. Porém, em 1973, a carteira

## QUADRO — Banco do Algarve

Ativos, dinheiro em caixa, carteira comercial, depósitos à ordem e a prazo e capitais próprios (1932-1973)

(VALORES: 10<sup>6</sup> ESCUDOS)

Ano	Ativos	Caixa	Carteira comercial	Depósitos	Capital e fundos de reserva
1932	11,3	0,9	3,0	0,1	8,0
1933	9,8	0,5	1,7	0,2	7,4
1934	9,9	0,5	0,5	0,4	6,9
1935	8,0	0,5	0,3	1,0	6,2
1936	8,5	0,9	1,6	1,1	6,2
1937	7,3	0,6	1,8	0,7	5,5
1938	6,8	0,7	1,2	0,6	5,0
1939	18,4	3,3	4,0	5,9	5,0
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]
1943	32,2	10,1	11,8	21,4	5,1
1944	33,8	9,0	13,1	21,4	5,1
1945	36,4	11,9	11,5	22,5	5,3
1946	37,8	5,7	15,1	22,6	5,4
1947	37,0	6,8	16,2	23,0	5,5
1948	40,3	7,2	16,7	25,7	5,7
1949	44,7	10,8	15,8	28,8	5,9
1950	59,6	10,4	17,8	33,3	6,5
1951	65,7	[...]	20,2	33,2	[...]
1952	76,2	[...]	20,5	37,1	[...]
1953	68,0	14,2	24,1	38,4	7,9
1954	83,8	33,6	27,5	55,8	8,2
1955	94,9	[...]	36,2	63,4	[...]
1956	105,8	[...]	45,1	70,5	[...]
1957	113,5	32,5	45,7	76,9	9,5
1958	133,0	28,5	55,7	86,8	10,0
1959	150,1	32,3	68,8	96,1	10,6
1960	182,0	46,3	70,1	112,3	10,2
1961	170,4	32,9	72,8	110,1	10,9
1962	214,8	41,7	85,0	126,0	16,3
1963	258,027	52,508	96,8	153,5	16,5
1964	361,022	88,131	123,5	216,5	17,0
1965	412,088	91,585	155,1	246,3	18,3
1966	488,926	118,202	184,5	292,0	23,1
1967	587,978	155,456	190,9	329,2	24,8
1968	685,820	180,490	228,4	400,5	26,2
1969	850,807	195,005	274,5	464,6	27,8
1970	1 018,352	244,035	326,0	505,6	76,5
1971	1 415,614	294,797	369,8	627,2	76,8
1972	2 808,876	280,500	722,1	1 026,4	77,4
1973	3 875,531	336,799	936,1	1 310,6	78,8

Fonte: Banco do Algarve, *Relatórios e Contas*, 1932-1973.

de títulos não ultrapassava os 71,4 milhares de contos, mas diversificara-se, distribuindo-se por 24 empresas industriais e financeiras portuguesas. Após a nacionalização da banca portuguesa (1975), na sequência da Revolução de Abril de 1974, procedeu-se à fusão do Banco do Algarve no Banco Português do Atlântico\*, «por incorporação de todo o activo e passivo e demais direitos e obrigações», em 1 de janeiro

de 1977, num contexto mais geral de reordenação bancário dirigido pelo governo (Resolução do Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 1976, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 300, de 28 de dezembro de 1976, e Decreto-Lei n.º 274/79, de 4 de agosto, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 179, de 4 de agosto de 1979).

HAF  
PEG

### BANCO DO BRASIL (1808-1829)

A instituição do Banco do Brasil através do Alvará de 12 de outubro de 1808 integra-se no conjunto de medidas de organização económica e financeira associadas à instalação da Corte portuguesa no Brasil. Desde a Carta Régia inaugural de 28 de janeiro de 1808, que estabeleceu novas regras de abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, até ao novo enquadramento legislativo dado à instalação de manufaturas no Brasil, passando ainda pela criação ou adaptação de instituições régias como a Junta do Comércio ou o Real Erário ao novo ambiente político decorrente da presença duradoura da Corte no Rio de Janeiro, tudo isto permite entender a exigência de criação de um instrumento de natureza bancária e financeira com o objetivo de organizar e centralizar as indispensáveis operações de circulação monetária e de financiamento de atividades económicas públicas e privadas. A sentida escassez de moeda metálica em circulação (Cavalcanti, 1893: 31-56) ou, por outras palavras, a procura excedentária de moeda motivada pela abertura dos portos e pelo consequente acréscimo das transações realizadas, por sua vez relacionadas

com o aumento dos serviços públicos e das despesas de infraestruturas indispensáveis ao estabelecimento da Corte no Brasil, eram fatores que obrigavam a pensar em novas soluções que agilizassem os processos de criação e circulação de moeda. A fundação do Banco do Brasil foi seguramente acalentada e desenhada por D. Rodrigo de Souza Coutinho que, apesar de não exercer a tutela formal sobre esta área de governação, possuía proverbial apetência por assuntos relativos à organização e administração financeiras. Recorde-se, a este propósito, o plano pioneiro de sua autoria para a criação em 1797 do Banco Real Brigantino (Coutinho, 1797), assim como as diversas propostas que na sua qualidade de presidente do Real Erário suscitou e recebeu, designadamente: o «Plano para formar um Banco Nacional» apresentado por Feliciano António Nogueira em 1801, o projeto de «Banco de Portugal estabelecido em Lisboa» de autoria de Henrique Palyart de Clamouse, datado de 1802, e a proposta de «Banco de Empréstimo sobre Penhores», redigida em 1803 por João Henriques Sequeira (cf. Cardoso, 1997). Estes diferentes projetos tinham objeti-

vos complementares de financiamento do Estado, de regularização da circulação fiduciária devido ao excesso de emissões de papel moeda, iniciadas em 1796, de suporte a pequenas operações de empréstimo de curto prazo, ou ainda de apoio ao desenvolvimento de atividades económicas de maior envergadura. No período em que tais projetos foram apresentados, D. Rodrigo de Souza Coutinho estava sobretudo preocupado com o controlo do papel-moeda em circulação e em crescente desvalorização, no quadro de uma visão global sobre a credibilidade do sistema financeiro e de crédito público. Em 1808, no Rio de Janeiro, as intenções e preocupação dominantes eram outras, o que bem se traduz no propósito contido no alvará que cria o Banco do Brasil e que serve de preâmbulo aos seus estatutos regulamentares. Aí se esclarece que a fundação do Banco do Brasil era motivada pela insuficiência dos fundos disponíveis no Real Erário, pela necessidade de criação de meios de pagamento expeditos e ainda pela exigência de remoção dos obstáculos ao desenvolvimento das transações mercantis (Alvará de 12 de outubro de 1808). Neste sentido, o Banco é concebido com uma tripla função de garantia de melhoramentos no financiamento do Estado («facilite juntamente os meios e os recursos, de que as minhas rendas reais e as públicas necessitam para ocorrer às despesas do Estado»), na circulação monetária («ponha em acção os cálculos estagnados assim em géneros comerciais, como em espécies cunhadas») e no fomento ao investimento produtivo («promova a indústria nacional pelo giro e combinação dos capitais isolados»). Trata-se de um programa de ação extremamente ambicioso, com alguma concretização dessas boas intenções na forma como nos seus estatutos (artigo VII)

são sistematizadas as operações de depósito, empréstimo e emissão de papel-moeda a que o Banco ficava autorizado. E também nos privilégios que lhe eram atribuídos na gestão dos contratos exclusivos dos diamantes, do pau-brasil, do marfim e da urzela. Todavia, o modo de captação e subscrição de capital para o novo Banco, a forma como foi concebida a sua estrutura de administração, a indefinição de matérias relativas à articulação entre o capital privado do Banco e a gestão de fundos públicos pelo Real Erário e a ausência de regras e limitações relativas à emissão de papel-moeda deixavam antever dificuldades no cumprimento da sua missão. É interessante notar que, no projeto de Banco Real Brigantino de 1797, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, e no projeto de Banco de Portugal de 1802, de Henrique Palyart, são anexadas listas de homens de negócio que poderiam vir a ser subscritores do capital de tais bancos. O mesmo cuidado prévio de identificação de potenciais capitalistas parece não ter existido no caso da criação do Banco do Brasil, o que poderá servir de explicação para a demora de um ano na subscrição do número mínimo de ações necessárias ao arranque do Banco. E note-se ainda que o capital de constituição de 1 200 000\$000 (repartido em 1200 ações de 1000\$000) só viria a ser atingido dez anos após a instituição do Banco do Brasil (cf. Franco, 1848). As dificuldades de arranque terão motivado importantes alterações no modo de funcionamento do Banco, consubstanciadas na legislação aprovada em agosto e outubro de 1812. A entrada da Real Fazenda no capital do Banco, através de um fundo proveniente da cobrança de novos impostos sobre bens de consumo especialmente criados para o efeito, assim como a atribuição de mercês e honras